

Fortes no foro e no desaforo? Autoridades locais e republicanos nos periódicos pós-Proclamação: Santa Cruz-RN (1889-1902)

Strong in the forum and in the effrontery? Local authorities and republicans in post-Proclamation periodicals: Santa Cruz-RN (1889-1902)

Francisco Alves da Fonseca Neto

Mestrando em História
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
frndafonseca@gmail.com

Recebido: 11/01/2023

Aprovado: 07/02/2024

Resumo: O presente artigo pretende explorar as disputas políticas entre autoridades locais e grupos republicanos no município potiguar de Santa Cruz, região do Seridó, nos anos seguintes à Proclamação da República. Para isso, foram tomadas como principais fontes jornais do período, sobretudo o de título *A República*, ferramenta chave para explorarmos os casos de dois personagens da vida social e política da referida localidade. Os resultados e análises apresentados nesta pesquisa visam examinar as múltiplas estratégias adotadas pelos agentes a partir de uma perspectiva local, com destaque o uso da imprensa. Evidenciaremos também os ecos do panorama geral de efervescência e tensionamento das relações de poder nesses contextos específicos, o que nos permitiu verificar e interpretar as dinâmicas estabelecidas do micro ao macro.

Palavras-chave: Coronelismo; Proclamação; Imprensa.

Abstract: This article aims to explore the political disputes between local authorities and republican groups in the municipality of Santa Cruz, Seridó region, in the years following the Proclamation of the Republic. For this, newspapers from the period were taken as the main source, especially the one titled *A República* (The Republic), a key tool for exploring the cases of two characters from the social and political lives of said locality. The results and analyzes presented in this research aim to examine the multiple strategies adopted by agents from a local perspective, with emphasis on the use of the press. We will also highlight the echoes of the general panorama of effervescence and tension in power relations in these specific contexts, which allowed us to verify and interpret the dynamics established from micro to macro.

Keywords: Coronelism; Proclamation; Press.

Introdução

...tudo que descia del-rei era como se de Deus viera. A consciência republicana não se adunara ainda com aquela vida rural, em pleno ar, sob um céu ardente e oco, em uma natureza incerta [...] Daí, numa tendência monoteísta e monárquica, Deus e o vigário, o rei e o presidente (PAIVA, 2013, p.4).

O trecho acima em destaque foi retirado da obra *Dona Guidinha do Poço*, publicada inicialmente em 1891¹, considerada um clássico da literatura regional brasileira. Nele, Manuel de Oliveira Paiva (1861-1892) aponta o contraste de práticas e valores julgados arcaicos no arquétipo social brasileiro do sertão frente a uma “nova” mentalidade republicana, mesmo que gozando do direito da hipérbole literária e sendo certamente influenciado pelo ideal da recente República enquanto advento. Porém, tal dualidade não se limitou ao campo literário, tendo feito parte do vocabulário político do período. Podemos verificar o tensionamento envolvendo práticas oligárquicas e o agitado curso dos eventos políticos deste recorte, quando exploramos os ocorridos na então Vila de Santa Cruz, no interior do Rio Grande do Norte, logo após a Proclamação. Caso este que, através dos registros e percursos de, sobretudo, dois personagens, serve como oportuna evidência da conturbada transição política do período. Contexto ainda solapado pelo coronelismo e consequente tentativa de manutenção de influência por parte de grupos e indivíduos engendrados nas redes de poder local.

Importante ressaltar, primeiramente, que estamos tratando de um contexto no qual, por volta de 90% da população brasileira, ocupava espaços rurais, afastados dos grandes centros urbanos do litoral (CARVALHO, 2002, p.32). Ambientes esses ainda pressionados, em considerável medida, pelos coronéis e seus denunciados abusos de poder. Neste artigo se evidenciará como a Proclamação da República potencializou disputas e embates de argumentações entre republicanos e ditos “conservadores”. O jogo de interesses individuais (por vezes disfarçados de coletivos) entre elites locais e esferas do poder republicano, explicitado nos jornais e eleições, acabam por configurar uma

¹ *Dona Guidinha do Poço* foi redescoberta e publicada apenas em meados do século XX. Toma como personagem principal a figura de “Guidinha”, pertencente a uma família abastada do interior cearense, e seu trágico triângulo amoroso. Inspirada na figura real de Maria Francisca de Paula Lessa (1804-1887), demonstra um cotidiano marcado pela violência e ancorado em imagens como as do pai, capitão e vigário. Contexto esse, porém, que é desafiado por uma postura feminina desassociada às ideias de fragilidade e submissão.

oportuna análise dos meios e argumentos utilizados por estes sujeitos. Esta investigação se mostra válida e oportuna, visto que, apesar de terem sido sobrepostas relações mais horizontalizadas de poder, as estratégias para conseguir garantias pessoais se mostravam múltiplas.

O método adotado para esta pesquisa, de tomar como principais fontes periódicos jornalísticos, se mostra produtivo para a análise proposta por ser capaz de dialogar com as principais orientações historiográficas sobre a temática e o recorte temporal. O uso de jornais como fonte para o estudo histórico se coloca como uma ferramenta fundamental para análises de diferentes períodos históricos. Neles, estão dispostos os discursos políticos em momentos de maior agitação e crise, mas também aspectos da vida cotidiana não menos relevantes para a compreensão de um tempo e espaço. Derocina Alves Sosa chama a atenção para como “estão localizados na encruzilhada desses elementos: Estado, política e poder, combinando-se com eles, ora endossando o discurso oficial, ora opondo-se a ele” (SOSA, 2006, p.110).

A segunda metade do século XIX no Brasil foi marcada por debates e movimentos centrais, promovendo transformações e ressignificações do próprio ideal de nação. Cláudia Zanlorenzi e Maria Nascimento chamam a atenção para a coexistência do movimento abolicionista e fortalecimento do projeto republicano, envoltos em ideais de “progresso”, o que influiria diretamente no papel da Imprensa (ZANLORENZI; NASCIMENTO, 2011). Ana Martins e Tânia De Luca evidenciam a ocorrência, depois da proclamação, de um maior aprimoramento das impressões no nível técnico, bem como iniciativas de investimentos na alfabetização, que eram acompanhados, porém, de uma censura às ideias contrárias ao regime recém instituído (DE LUCA, 2012).

O caráter transformador das estratégias políticas no período de transição do Império à República é mencionado também por José Murilo de Carvalho, que ressalta como variante a tentativa de incluir o povo no palco da discussão (CARVALHO, 1987). Dessa forma, dentre as orientações dos veículos de comunicação, é somada a necessidade de apresentar o ideal geral de República enquanto um projeto realizável.

O contato com as massas através da imprensa, caso que aqui nos interessa e será verificado, foi feito em meio à disputa dos partidos, de divergências internas do próprio ambiente republicano², e, nos âmbitos locais, na deslegitimação de adversários políticos. Esta última, direcionada àqueles da

² Carvalho (1990, p.37) demonstra como nos jornais estavam expostas até mesmo indefinições sobre quais republicanos tiveram o protagonismo no 15 de novembro.

vida social e política das localidades que se mostravam relutantes ou contrários em entrar de acordo com o novo regime, ou de dialogar com os novos atores emergentes. Raymundo Faoro ressalta como a conversão da opinião republicana de minoritária para dominante se mostrava como uma tarefa central (FAORO, 2001).

Ressaltamos, diante destas novas iniciativas, o contexto já sinalizado de concentração da população no interior, afastado dos grandes centros urbanos do litoral. Tomando como exemplo o recorte que nos aqui interessa, do Rio Grande do Norte, de acordo com o censo de 1890, dos 268.273 habitantes do estado (distribuídos em 36 municípios) apenas 13.725 (5.11%) estavam aglutinados na capital³. Daiana Barbosa chama a atenção para como a dicotomia interior/litoral fez parte do vocabulário político no período, em boa medida através de discursos que acusavam o não alcance de sentidos como os de ordem e justiça em ambientes mais afastados (BARBOSA, 2018).

Nestes lugares, a instauração da República no Brasil encontraria meios marcados pela ação dos coronéis, empossados de seus títulos da Guarda Nacional, cuja desvinculação com tal instituição somente aconteceria em 1918. Maria Fortunato afirma como, mesmo com o advento republicano, as patentes de coronéis ainda foram vendidas e/ou concedidas de acordo com interesses e manobras políticas (FORTUNATO, 2000). A autora também alia sua argumentação com Edgard Carone, referência no estudo da temática, para chamar a atenção à multitude de facetas que estes sujeitos exerceram garantidas pelas suas posses, dentre controles de caráter comercial, religioso e até judiciário, dentre parentes, amigos, agregados e dependentes (CARONE, 1978, p.253-54 *apud* FORTUNATO, 2000, p.152).

Observamos alguns destes movimentos nos relatos jornalísticos de Santa Cruz nos tempos da Proclamação, configurando-se um sugestivo panorama substancialmente ligado ao coronelismo. Local este que, décadas depois dos eventos a serem tratados, fez parte do itinerário de uma das primeiras viagens de Câmara Cascudo pelo Rio Grande do Norte⁴, marcantes pela riqueza de

³ **SYNOPSIS do recenseamento de 31 de dezembro de 1890.** Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, 1898. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227299>. Acesso em: 12. Jul. 2022.

⁴ Em 1934 o historiador e jornalista Luís da Câmara Cascudo (1898-1986), enquanto sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Chefe Provincial do Integralismo e redator do Jornal *A República*, foi convidado pelo Interventor Federal Mário Câmara para uma viagem pelo interior do estado, acompanhado de mais quatro outros intelectuais. Os registros foram publicados no mesmo ano na obra *Viajando o Sertão*, obra que se diferenciava por assumir um enfoque na vida sertaneja (ver NEVES, 2005, p.12).

descrições e por representar os primeiros passos para o reconhecimento de uma cultura nordestina como algo visto a partir de uma unidade⁵.

Local e contexto histórico da região

A criação do distrito denominado Santa Cruz da Ribeira do Trairi se deu através da lei provincial nº 24, datada de 1835⁶. A elevação para a categoria de vila aconteceu com a lei nº 777 de 1876, enquanto a de cidade em 1914. O processo de ocupação e assentamento na região, por sua vez, seria cristalizado ainda em finais do século XVIII, com fazendas que beiravam o rio Trairi⁷. Tal configuração foi transposta para representações cartográficas, que ainda no XIX tornavam exposta a íntima relação dos trechos fluviais com povoados e aglomerados urbanos. A evolução destes espaços está ligada às histórias dos sujeitos deste artigo, o que oferece uma oportunidade para explorarmos, além de como o território foi estabelecido, como certas famílias estiveram envolvidas em momentos cruciais de seu estabelecimento enquanto aglomerado urbano e de suas transições políticas.

No que diz respeito ao contexto político do Rio Grande do Norte, no recorte temporal aqui proposto, vemos um esforço de integração do estado na orientação republicana. A criação de seu Partido Republicano se deu em 27 de janeiro de 1889, tardiamente, na visão de Jose Antonio Lindoso (LINDOSO, 1992, p.15). A instauração da República teria possibilitado então o engendramento de oligarquias decididas a fazer parte do novo arquétipo político-econômico organizacional, munindo tais grupos até mesmo do maquinário administrativo-repressivo, dentre “definição da política fiscal, contratação de empréstimos externos, emissão de apólices, criação de novas repartições e serviços, nomeação de autoridades e funcionários estaduais etc.” (LINDOSO, 1992, p.10).

Fortunato chama a atenção para como tal prática foi alvo, nas três primeiras décadas do século XX, de intelectuais que criticavam o uso da “bandeira democrática” para encobrir acordos de interesses privados (FORTUNATO, 2000). A liderança do partido no estado ficou então por conta de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (1856-1907), pertencente a uma tradicional família

⁵ Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011, p.67), demonstra como, apesar de uma cristalizada concepção de Nordeste naturalista determinista, passa a entrar em curso nas décadas de 20 e sobretudo 30 uma série de práticas e conjunto de saberes de impulso cultural que visavam o reconhecimento e integração das marcas regionais do interior.

⁶ **CIDADES, Santa Cruz Rio Grande do Norte – RN.** IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/santa-cruz/historico>. Acesso em: 13 jul. 2022.

⁷ As ribeiras e riachos tradicionalmente serviram como referências geográficas essenciais, seja para a distribuição de sesmarias em séculos anteriores, bem como para o estabelecimento embrionário dos primeiros aglomerados urbanos.

pernambucana. Vitor Fonseca Figueiredo e Camila Gonçalves Silva ressaltam como “no arcabouço político oligárquico da Primeira República, as relações de parentesco com grupos familiares constituintes da elite estadual eram primaciais para o recrutamento político” (FIGUEIREDO; GONÇALVES, 2012, p.1054). No mesmo sentido, Lindoso aponta:

A trajetória de Pedro Velho e do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, em particular após a Proclamação da República, traduziu um comprometimento cada vez mais íntimo com os interesses e as perspectivas de classe dos grandes proprietários rurais e da burguesia comercial (LINDOSO, 1992, p.9).

Tal inclinação resultaria, necessariamente, em conexões com diversos sujeitos com diferentes aspirações. Dessa forma, configurou-se, a partir da Proclamação, um panorama político multifacetado, que iria impor dificuldades a uma adoção uniforme do projeto republicano⁸. Angela Alonso reconhece como em 1889, uma vez realizada a instauração da República, conflitos ainda se fizeram presentes em torno “do formato e dos mandatários do novo regime” (ALONSO, 2009, p.133).

Alinhar planos de ação que mantivessem autoridades locais, frente a necessidade de bases eleitorais mais sólidas e de acordo com as orientações do partido, se mostraria como um desafio para Pedro Velho. Alternativa incontornável acabou se tornando a construção de alianças com os “grandes coronéis” do Seridó (LINDOSO, 1992, p.17), no sertão da Região Nordeste do Brasil. Desta maneira, Santa Cruz e mais especificamente alguns de seus personagens também fariam parte deste processo.

Proclamação e autoridades locais: da união à cisão

Personagens da trama

A construção de biografias pode se mostrar como uma ação por vezes desafiadora. A incoerência de almejar uma (hipotética) totalidade de informações sobre a trajetória de vida de um sujeito acaba por se mostrar como um primeiro risco. Seu potencial, porém, é justificado, uma vez que são realizados recortes a visarem a resolução de situações-problema. Phillippe Levillain valoriza

⁸ Contexto que se somava com a ausência no Brasil do início da República de uma identidade coletiva nacional, fato reconhecido por seus propagandistas e integrantes do movimento (CARVALHO, 1990).

seu caráter mais geral enquanto capaz de “mostrar as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade” (LEVILLAIN, 2003, p.176). O campo dos estudos genealógicos contribui também para a verificação de permanências e cisões dentre um grupo, camada social ou família, diante das unidades de poder patriarcais que eram capilarizadas econômica e politicamente. Para a especificidade da formação de espaços e suas redes de poder no contexto brasileiro, torna-se nítido um vínculo com uma herança simbólica ligada ao tradicional, o que resultaria no controle destes grupos específicos (LEMENHE, 1996, p.85). Tal idealização do passado, transpassada para uma hegemonia de famílias (das quais um número considerável constituiu oligarquias) e revela então um vínculo existente com uma temporalidade de formação destes espaços, que podem remontar ao período colonial. Em tais lugares, foi permeado um ideal de pioneirismo ligado às posses “desde suas origens” (LEMENHE, 1996, p.66). Algumas destas interpretações se fazem presentes quando atentamos às trajetórias e raízes dos sujeitos que consideramos nortear a análise do presente trabalho, como veremos em seguida.

Ivo Abdias Furtado de Mendonça e Menezes (1831-1900) nasceu no Ceará, filho do madeirense Antônio Furtado de Mendonça e Menezes (1789-1886)⁹ e de sua esposa, Isabel Ferreira Cavalcanti de Albuquerque (1793-1890). Esta, filha do Capitão José Rodrigues da Silva (s/d), reconhecido como um dos donos de terras que fundaram em 1831, a povoação do que viria a ser Santa Cruz, inicialmente denominada Santa Rita da Cachoeira¹⁰. Nota-se como o próprio Antônio Furtado também possuiria terras na localidade (OLIVEIRA, 1980, p.54). Em Santa Cruz também viveu seu outro filho (dos 11 que seguiram), Job Furtado de Mendonça e Menezes (s/d), que pode ter dividido a posse da fazenda Quixaba com seu irmão Ivo (OLIVEIRA, 1980, p.55).

Ivo Furtado, além de agropecuarista e Tenente-Coronel da Guarda Nacional, foi, em 1866, deputado provincial. Sua atividade política e influência em Santa Cruz foi marcada por ter sido um dos protagonistas no processo de transformação do distrito em município (OLIVEIRA, 1980, p.6).. Não deixou, porém, de ter posteriormente atritos, sobretudo com um específico missivista que publicava no jornal *A República* (OLIVEIRA, 1980, p.56). O mesmo passou a acusar severamente o

⁹ Antônio teria chegado ao Ceará em em finais do século XVIII, onde foi nomeado ao ofício de escrivão em Riacho do Sangue, de forma que se transferiu depois para o Rio Grande do Norte, por volta de 1840 (OLIVEIRA, 1980, p.54).

¹⁰ Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) do Rio Grande do Norte. **Perfil do seu Município, Santa Cruz**, v.10, 2008, p.6.

coronel de ser monarquista, depois de um período inicial de aproximação com os republicanos e a figura de Pedro Velho, de forma que ainda exploraremos.

Sobre José Alves da Fonseca (c.1830-?), o Dedé, consideramos sólidas duas possibilidades sobre seu parentesco, diante da ausência de registros definitivos sobre sua ascendência. A primeira delas, seria sua possível filiação ao alferes Manoel Alves da Fonseca (1780-1840) e sua primeira esposa Ana Maria da Conceição (s/d). Manoel era natural de Açú, certamente filho ou neto do homônimo e também alferes Manoel Alves/Álvares da Fonseca (c.1720-?), que ganhou uma sesmaria na Ribeira do Açú no ano de 1757¹¹. Nota-se que um dos filhos mais velhos do Dedé também se chamava Manoel (s/d), o que pode reforçar tal hipótese. Uma segunda possibilidade seria a de ter sido filho de Joaquim Teixeira da Fonseca (1792-1869) e Luíza Dornelles de Bittencourt (1793-?), naturais e moradores do próprio Seridó. Joaquim era filho de Domingos Alves do Nascimento (1768-1838)¹² e Maria Teixeira da Fonseca (1771-c.1838)¹³, filiação de avós esta que justificaria a composição de nome “Alves da Fonseca” dada por exemplo ao neto Estevão (1830-?), nascido no período aproximado do próprio Dedé.

Morador antigo da vila, em 1889 José era tabelião público, escrivão do juiz e proprietário de terras. Em 1878 também tinha sido escrivão de paz do subdelegado de Canguaretama, além de secretário da Câmara Municipal do mesmo município (*Brado Conservador*, Rio Grande do Norte, 05 de abril de 1878, p.4). Assim como o Ivo, foi acusado de ser monarquista em seu posicionamento político, chegando então a adotar uma postura combativa frente à ação do jornal republicano, inclusive com uso também da própria imprensa para se defender de acusações ou redirecioná-las.

Estamos tratando, portanto, de dois indivíduos cristalizados no contexto local de Santa Cruz e por extensão do Seridó, de maneira potencialmente transgeracional. É, em considerável medida, no conflito entre o operante ideal de pertencimento no *modus operandi* local e o impulso de novos agentes republicanos que reside o valor da análise a ser desenvolvida neste trabalho. Vamos atentar agora aos meios tomados como via destes embates.

¹¹ Data de 18 de agosto de 1757, em: **INFORMAÇÕES sobre a Sesmaria**. UFRN, Plataforma SILB, Sesmarias do Império Luso Brasileiro. Disponível em: <http://tinyurl.com/sesmaria-18-08-1757>. Acesso em: 25. jan. 2024.

¹² Este, por sua vez, neto do Capitão Domingos Álvares dos Santos (1711-1793), português que se assentou na Ribeira do Seridó (MEDEIROS FILHO, 1981, p.315-17).

¹³ Filha do capitão português Luiz Teixeira da Fonseca (1739-1816), proprietário da fazenda Angicos em Jardim do Seridó (COSTA, 2019, p.255-56).

A guerra na imprensa

O domínio da opinião pública se mostrava como uma ferramenta essencial do jogo e tensionamento político. Jean-Jacques Becker sinaliza como ela costuma operar nas intersecções de categorias como público e privado, mentalidades e contexto (BECKER, 2003, p.188). Chama a atenção, porém, que não deve ser usada como uma expressão de mão única e autoexplicativa, estando sujeita, por exemplo, a ações que visam a desinformação ou manipulação (*Ibidem*, p.192). Era necessário, portanto, que os agentes envolvidos tivessem a sensibilidade de perceber as tendências e acontecimentos do momento, a fim de construir suas resistências e estratégias.

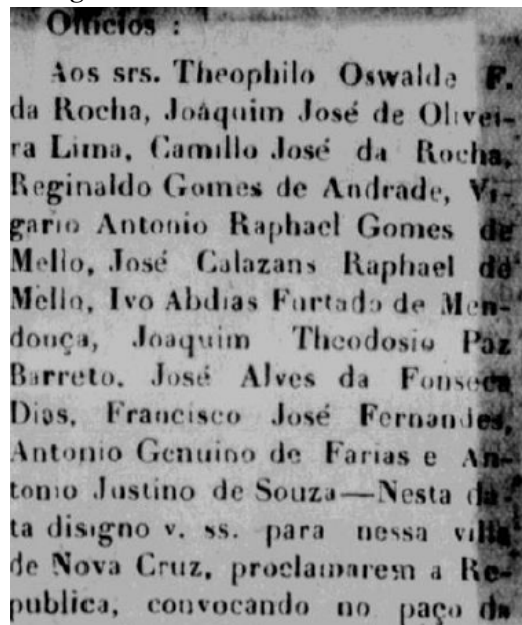
O jornal *A República*, do Rio Grande do Norte, começou a ser editado em 1 de julho de 1889, data em que teria circulado o primeiro de seus vinte números até a data da Proclamação (LINDOSO, 1992, p.8). Nele foi centrada a maior parte da divulgação de ideias e ataques aos adversários políticos contrários ao novo regime. Ou ao menos para aqueles sujeitos que não se mostravam dispostos a aceitá-lo passivamente. Víctor Nunes Leal (2012, p.54) chama a atenção para como:

...os municípios, deixados à sua livre determinação, acabariam nas mãos de oligarquias locais – que se manteriam, em caso de contestação, pelo suborno e violência – conduzia muito naturalmente à conclusão de que era preciso dar ao Estado os meios de impedir aquela possibilidade. Porém, o que costuma passar despercebido é que o governo estadual, habitualmente, não empregava tais instrumentos contra os amigos; só os utilizava contra os adversários.

A primeira menção que aqui nos interessa, se deu durante as primeiras orientações e nomeações realizadas por Pedro Velho ao assumir o governo provisório no dia 17 de novembro. Na mesma edição do jornal, no expediente do dia 20, estavam sendo convocados pelo governador diversas figuras julgadas influentes de Santa Cruz e região, dentre elas Ivo e o Dedé, para:

...nessa villa de Nova Cruz, proclamarem a Republica, convocando no paço da camara municipal o povo, autoridades e força pública, fazendo de tudo lavar uma acta, que será assignada pelos que adherirem à causa. Recommendo-lhes a boa ordem e tranquillidade publicas (*A República*, Rio Grande do Norte, 13 de novembro de 1889, p.1).

Figura 1 – Nomes dos convocados



Fonte: *A República*, Rio Grande do Norte, 13 de novembro de 1889, p.1.

Nestes primeiros contatos, as relações parecem amistosas. Muito ainda se tem a descobrir e conhecer, como em qualquer relação de pouca data. Também no que se trata dos nomes, visto que o do Dedé aparece como José Alves da Fonseca “Dias”. Um claro equívoco, pois claramente o ocorrido foi uma má interpretação da abreviação “D.” de Dedé. A atribuição de apelidos foi assimilada como prática depreciativa ligada ao interior, de forma que ainda seria ironizada pelo mesmo jornal:

...E que apelidos: Tecla, Cères, Zilù, Quotinha, Dida, (Ahi Antonio!). Baninha, Dédé, Fufú, Pipi, Popoca, Xixi, Gugù, Vavá, Gangan, Logo digo, Pépé, Zuquinha, Filùca, Lalinha, Litinha, etc. Etc. Deixa ficar doido! (*A República*, Rio Grande do Norte, 06 de maio de 1902, p.4.)

Na edição de 16 de fevereiro de 1890 foi tornada pública a oficialização do Clube Republicano de Santa Cruz, no qual Ivo e Dedé ocupavam boas posições:

Foi igualmente dirigida à redacção deste órgão do partido, copia da acta da criação do Club Republicano da villa de Santa Cruz, filiado ao centro Republicano: foi eleito presidente tenente coronel Ivo Alcebiades Furtado, vice presidente vigário Antonio Raphael G. de Mello, secretario José Alves da Fonseca Dedé, membros do conselho... ..Nossas felicitações aos cidadãos que comprehendem a momentosa necessidade de se organisarem sob a

inspiração da bandeira republicana federativa formando assim a grande legião dos bons patriotas Rio-Grandenses que querem e collaboram pelo florescimento da patria Rio-Grandense do Norte. (*A República*, Rio Grande do Norte, 16 de fevereiro de 1890, p.6)

No mês seguinte, o coronel Ivo, então considerado pelo partido um republicano convicto, se reuniu com outros militares aliados. Nota-se a valorização de um deles por rejeitar uma titulação anterior à Proclamação. Tal postura foi elogiada pelo jornal, servindo para nós como exemplo de disseminação de ideias pró-republicanas:

Estiveram entre nós os distintos cavalheiros e prestimosos co-religionarios Felismino Dantas, Manoel Alves V. de Araújo, coronel Costa Villar, Revm. João Alipio, Juvenio Tassino, Dr. Fernandes Barros, Dr. Mei-ra e Sá, coronel José Felix, coronel Ivo Furtado e capitães Alexandre Varella, José Pedro da Luz, cidadãos Enéas Medeiros e seu digno irmão capitão Aureliano e coronel José de Borja (Perdão: este ultimo é apenas o cidadão José de Borja, o nosso velho amigo não quer que o decorem com o coronelato que lhe concederam no tempo da monarchia, e disso temos declaração formal sua muito anterior a 15 de novembro. (*A República*, Rio Grande do Norte, 22 de março de 1890, p.2)

Ainda no mesmo ano, Ivo participou de um banquete promovido por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, ao lado de diversas outras figuras dentre juizes, militares de alta patente e parentes do governador:

O nosso illustre chefe Dr. Pedro Velho offereceu, no domingo 3 do corrente um banquete ao coronel José Bernardo de Medeiros, que deve retirar-se brevemente para o centro. Estiveram presentes os Drs: Francisco Amyntas, Chaves Filho e Nascimento Castro, juizes de direito ; os Drs : Pedro Pernambuco e Diogenes da Nobrega juiz municipal e promotor da capital, o Major Nery commandante do batalhão, Capitão do porto Arthur Lisboa, commandante da companhia de menores Aphrodizio Barros, Capitão de Fragata Irineo da Rocha, Dr. Antonio Garcia, director da instrucção publica, Capitão João Avelino, Commendador José Gervasio, Coronel Ivo Furtado, Capitães J. Nogueira e Urbano Barata, Dr. Braz de Mello, os cidadãos Amaro Barreto, Onofre Pinheiro, Fabricio Pedrosa, Adelino Maranhão, Antiocho de Almeida, Augusto Maranhão e outros distintos cavalheiros... Seguirão-se numerosos brindes ao governador, ao Dr. Pedro Velho, ao Major Nery, aos candidatos republicanos, aos representantes da magistratura, aos chefes políticos presentes reinando durante a festa a mais perfeita cordialidade e alegria... (*A República*, Rio Grande do Norte, 07 de agosto de 1890, p.2)

Na mesma seção desta edição, seguem ainda elogios exclusivos ao coronel Ivo Furtado:

Esteve alguns dias na capital este distincto cidadão, poderosa influencia republicana em S. Cruz. Ao nosso honrado amigo, bastante conhecido pelo seu caracter leal e energico,

comprimntamos affectuosamente. (*A República*, Rio Grande do Norte, 07 de agosto de 1890, p.3)

Em 1891, porém, a relação tem uma abrupta virada de chave. Inaugura-se um período de uma série de críticas e acusações direcionadas ao Ivo, que passa ao longo dos próximos anos a ser ridicularizado em diferentes níveis:

Dá-se actualmente em triste espectáculo, neste canto do sertão, o caraólho personagem que se conhece por Ivo da Quixaba. O povo, em satyra mordente, acompanha de impiedosos commentarios todas as tricas por elle desenvolvidas no ultimo processo eleitoral. Riem-se por exemplo do cynismo com que, em pouco mais de um anno, o desmoralizado cacique das tribus de Inharé tem pertencido a tres partidos. Enganando a Deus e ao diabo, com as trêtas e pêtas, que tem assoalhado sobre o partido catholico, sobre o ensino dos padres. Nunca se vio fazer, a um tempo, caradura e caramolle com tanto desembaraço... E um tal homem conseguiu por algum tempo ser tomado ao serio! Quem o vê nesta villa, andando grave e pausado, esticando uns bigodes, que lembram-nos a pintada dos serros do Trahiry, pernilongo e caraólho. Injusto, traiçoeiro e pomadista, de figura espectral, rodeado sempre de alguma cousa de sinistro, que aterrora o sequito de adeptos, que lhe formam a cauda, alguns por especulação, quase todos por ignorancia, pensa que tem diante de si um potentado, um homem de prestigio... E assim pensando, como se engana o forasteiro que por aqui passa, ao enfrentar com o famigerado chefe do partido botiqueiro! É um coronel muitissimo pulha, uma apregoada influencia em decadencia, uma verdadeira ruína. A localidade deseja livrar-se o seo poderio, que lhe tem sido mais funesto que as seccas. Não há nesta terra um melhoramento, um beneficio que recommende o nome ominoso do fatal personagem, de quem fallamos... ...Quando estava no poder o dr. Pedro Velho, ninguem lhe era mais dedicado; agora que o chefe republicano está debaixo já é capa-verde, inimigo da egreja e... acrescenta muito baixinho ao ouvido dos mais intimos, e tambem do throno... O serviço público, em todos os seus ramos, vai desgraçadamente neste termo: a policia em competencia nos bodes com a sussuarana; o sabre é uma ameaça constante ao espinhaço do cidadão; a bala e a faca de ponta imperam por toda parte, para fazer respeitar os fôros do capitão-mor da Quixaba! (*A República*, Rio Grande do Norte, 20 de junho de 1891, p.4)

O uso do termo “botiqueiro” se refere a um dos dois grupos do Partido Conservador naquele período, Botica e Gameleira, referências aos lugares onde os mesmos se reuniam (LINDOSO, 1992, p.21). No mês seguinte, foram dispostas no jornal mais pesadas críticas ao coronel:

No dia 27 do corrente Deus se lembrou d’esta terra, de tanto tempo abandonada à perversa ignorancia e insaciavel ambição do congressista da Quixaba, e durante todo o dia cahiram chuvas abundantes. As aguadas cresceram e há esperança de segurar o pasto e alguma lavoura, ao menos a mandioca e o algodão. O povo se reanima e de par com a flôr silvestre que desabrocha na encantadôra verdura dos campos, abrir-se-hia tambem a flôr perfumosa de esperança, se não fôra a descrença, o tédio, a sina agnorenta e má, que acompanha esta terra, sob a nefaria influencia do sinistro homem, que no congresso acode por Ivo Abdias

Furtado Avançarraz de Boceorum Camilão Parlapatão de Menezes Quixaba de Mendonça... Com effeito; tudo nesta terra iria bem se outro homem melhor intencionado, de caracter seguro, com alguma illustração e uma certa somma de principios estivesse á frente dos negocios locais; mas a nossa desgraça é tal que em todas as politicas sempre hão de influir, por isso ou por aquilo, o Chico Aracaty e o Zé Boticaria e, como se sabe, o Ivo é propriamente –instrumento passivo da botica! O povo é mantido propositalmente em ignorancia, porque só assim o seu espirito offerecerá terreno bom à semente do fanatismo político de que vive o odiento mandão, por intermedio de quem a botica explora a simplicidade e boa fé dos sertanejos deste recanto da patria rio-grandense... ..E a despeito de tantos factos desta natureza, o aza-negra desta terra vai continuando a ser, em todas as politicas, um monarchista prestimoso e honrado! (*A República*, Rio Grande do Norte, 18 de julho de 1891, p.4)

As eleições, enquanto campo de estudo, segundo René Rémond (2003), deveriam ser analisadas não apenas como um estudo de dados e mudanças impostas, mas como um fenômeno próprio capaz de revelar a mobilidade dos comportamentos individuais dos eleitores. Para o nosso caso aqui apresentado, se mostravam como palcos de queixa das atuações dos coronéis e seus rivais, exemplos práticos de suas influências. Nelas seriam expostos os emaranhados de manobras e articulações. Leal (2012) demonstra como, ao abusar da esfera de influência enquanto dono de terras e representantes das instituições locais, convocavam suas filas de dependentes para garantir um grande número de votos de cabresto, além de promover desavenças. É este o caso das eleições de 10 de maio de 1891, que levaram os republicanos três meses depois a rotularem o Ivo como “muito forte no fôro e no desafôro” (*A República*, Rio Grande do Norte, 01 de agosto de 1891, p.4), capaz de demonstrar bem o caráter instável e carregado de acusações dos pleitos:

O eleitorado republicano, em sua grande maioria, absteve-se de comparecer às urnas, em vista da declaração feita pelo chefe governista de que não seria tolo para perder a eleição, tendo por si o governo, dispondo das mezas e não admittindo fiscaes. Na cabala desleal que fazia por toda parte, o famigerado tenente coronel Ivo Furtado chegou ao requinte de explorar a ignorancia do povo, dizendo que votar contra o governo era ser capa verde (expressão que na gíria delle significa inimigo da igreja,) porquanto o Deodoro e o Lucena eram os sustentáculos da religião. Não obstante, diversos amigos nossos, não querendo deixar de todo abandonado o pleito, reuniram o eleitorado republicano mais proximo da villa, e foram sempre à eleição, da qual resultou a votação seguinte. Republicanos 142 votos Governistas 195 “ À ultima hora nos consta que os alchimistas da intendencia nos querem roubar votos, reduzindo a 87 os suffragios da chapa republicana. Felizmente o protesto os nossos correligionarios há-de desmascarar a falsidade. (*A República*, Rio Grande do Norte, 16 de maio de 1891, p.1)

A exposição das contestações eleitorais, da maneira que se expõe acima, também teria sido um *modus operandi* durante a Primeira República. Frequentemente se clamava pela recontagem dos votos, de maneira que fossem excluídos os excessos manipulados (RICCI; ZULLINI, 2014).

As respostas contrárias ao periódico republicano eram dispostas no jornal *Rio Grande do Norte*, de corrente contrária a Floriano Peixoto, presidente entre 23 de novembro de 1891 e 15 de novembro de 1894 (LINDOSO, 1992, p.15). Nele vemos, por exemplo, Santa Cruz caracterizada como o lugar “onde [o Ivo] exerce legítima e incontestável influência” (*Rio Grande do Norte*, RN, 02 de mar. 1892, p.2). Também se fizeram presentes defesas mais claras e diretas de cunho político:

Se o coronel Ivo quizesse responder as infames perguntas dos perseguidores que não cessam de o maltratar, fal-o-hia por si, e não por outrem; elle como homem de certa ordem, o que tem feito e faz é não ar ouvidos ao que com tanta facilidade se inventa contra os caracteres mais puros. (*Rio Grande do Norte*, RN, 07 de dezembro de 1892, p.4)

Algum tempo depois, era a vez do Dedé ter suas rugas com os republicanos. Foi acusado de falsificar a contagem dos valores de um “auto de ação sumária”, superfaturando-o para bem próprio, ignorando o fato de possuir ainda a assinatura de um juiz republicano. Após ser afastado do cargo de escrivão, reportou então ao mesmo *Rio Grande do Norte* a perseguição que estaria sendo vítima,¹⁴ motivo que teria sido preponderante para a longa e combativa resposta do jornal oficial do partido:

O missivista que sempre esteve inteiramente convencido que havia de passar a vida esvoejando, como ave de rapina, por sobre a cabeça das pobres presas; que nunca pensou que seo dominio nesta terra havia de ser arrebatado pela soberania do povo, vendo agora cahirem todos os seus calculos, de tramoias; convencido do seo completo desprestigio, porque o povo cansado de soffrer as suas insolencias o desprezou, o mandou plantar batatas, atira-se contra a honra de um cidadão estimado por todo povo desta terra. Por todos que teem a felicidade de conhecê-lo. Mandando publicar no jornaleco já citado que <<por perseguição política fora suspenso o Tabellião e Escrivão de Santa Cruz pelo celebre Juiz Districtal um tal Ezequiel de “Souza” conhecido por bilheteiro e que a suspensão tinha por fim não haver Escrivão que podesse tomar os protestos dos opposicionistas>>. Bem sabe o missivista que o cidadão Ezequiel é prudente, moderado, sensato e sem entusiasmos e exageros politicos. Não deixando por isso de ser um republicano firme no seu partido, um republicano sincero, distinto que quer respeito profundo... ..O missivista mandando publicar no jornaleco que o cidadão Ezequil tinha emittido grande numero de vales fez uma importante descoberta!.. Que grandes saudades não tem tido elle da sua –Bella Monarchia?!.. Agora ganharia como recompensa uma commenda ou o titulo de –Engraxate da Casa Imperial: agora estaria habilitado a um dia engraxar as botas de um membro qualquer da familia de El Rei Nosso Senhor; agora no ultimo quartel da vida teria esta

¹⁴ Apesar de constar a informação de que se tratou do jornal *Rio Grande do Norte*, n.168 de fevereiro de 1893, não foi possível acessar tal edição.

farveira e doce esperança para embalal-o. Distrahil-o!.. ...Um conselho ao Dedé. Meu pobre velho. tire uma hora, alguns momentos no dia e faça nesse tempo uma analyse em sua vida e se convencerá que vai al, muito mal mesmo! Meu pobre velho Dedé, estude bem o velho Ivo, estude e verá que elle pouco se importa se comprometei-o o mesmo modo que v. ia compromettendo o integro Juiz Districtal Ezequiel Marcelino de Souza. Meu velho, o Ivo bateu as portas da completa nullidade. E quer que por mais tempo o Zezinho e outros estejam ao menos persuadidos do contrario. Para semelhante resultado envidará tudo. Para semelhante resultado trabalhará, se preciso for, pelo seo soffrimento, o instigará à surdina a praticar excessos para que o juiz o suspenda e ella possa gritar: <<Perseguição política! E o escrivão foi suspenso para não haver quem tomasse os protestos dos nossos inimigos! Meu pobre velho Dedé, abra os olhos; veja e veja bem o papel que está fazendo... (*A República*, Rio Grande do Norte, 25 de março de 1893, p.4)

A citação ao Ivo, interpretado enquanto um potencial aliado do Dedé nas rusgas com os republicanos, acaba por expor o panorama sugerido por Carvalho de coexistência de “vários tipos de coronéis” (CARVALHO, 1997, p.3). Significaria, portanto, para além de um indivíduo, sujeitos que se combinavam e completavam através de suas ocupações e especialidades em grupos de influência, partindo assim para o controle das diferentes esferas locais, mesmo não sendo intitulados, de fato, tenente-coronéis. O caso exposto acima não foi, porém, o primeiro evento envolvendo José e o dito Ezequiel. Ainda em 1889, o escrivão já havia sido acusado de cometer excessos sobre o mesmo:

Figura 2 – Acusação do jornal *O Povo*



Santa Cruz—O Escrivão
do Juiz Municipal da Villa de
Santa Cruz tem regimento de
custas especial.
Tendo ali prestado juramen-
to o 1.º supplente do subdelegado
Ezequiel Mergelino de Souza e
o 2.º supplente do delegado Ma-
noel de Carvalho, elle extrahio
conta corrente disso, cobrando
para si de cada juramento
2\$000 e de cada certidão do ju-
ramento 1\$000; além de 400 rs.
de cada juramento para o res-
pectivo juiz.
Appliquem-lhe a lei em re-
gra, já que que elle applica o
regulamento sem regra.

Fonte: *O Povo*, Rio Grande do Norte, 8 de Novembro de 1889, p.3.

Cabe lembrar, porém, que ambos ainda estavam obrigados a dividir os mesmos espaços, dentre encontros e compromissos comuns da vida social, de forma que poderiam acirrar discórdias ou reafirmar alianças, visto que práticas públicas e privadas se confundiam e se sobrepujavam. Foram, por exemplo, os casos em 1894 de dois casamentos de filhos do Dedé, Pedro¹⁵ e Constança¹⁶ respectivamente, que aconteceram na casa de “residência” e de “audiência” do juiz Ezequiel. As certidões foram escritas pelo escrivão substituto, devido ao impedimento em curso aplicado ao Dedé.

José voltou a exercer o cargo de escrivão, antes de ser afastado de novo em 1897. Dessa vez, por ser um dos envolvidos no desacerto dos limites de propriedade de um tenente coronel, que reportou o caso ao juiz distrital de Santa Cruz:

...pelo Tenente Coronel Antonio Beserra Cesar de Andrade, me foi dirigida a petição do teor seguinte: Illustrissimo Senhor Juiz Districtal de S. Cruz. Diz Antonio Beserra Cesar de Andrade morador no seu engenho Pituassú do municipio de Canguaretama, deste Estado, que sendo senhor e possuidor de uma data de terra, propria para criação de gados, denominada Bom Jesus, com duas leguas de extensão sobre uma de largura, sita neste Districto, que houve por arrematação, como se vê do documento numero um, e se achando confusos os limites da referida data de terra, e não sendo encontrados os autos da antiga demarcação, torna-se indispensavel, para garantia de seu direito e para que possa viver em paz com os seus visinhos, que sejam aviventados os limites de accordo com o titulo primordial, documento numero dois, pelo que quer proceder a demarcação da mencionada propriedade pelo lado sul leste e norte, visto como pelo lado do poente limita-se com outra data de terra tambem pertencente ao supplicante e requer a v.s se digne mandar citar pelos modos estabelecidos no Decreto de cinco de Setembro de 1890 a todos os heréus confinantes para, na primeira do Juizo depois de decorrido o prase do Edital de trinta, digo, denoventa dias, vir se louvar em arbitradores e agrimensor que procedam a dita demarcação... (*A República*, Rio Grande do Norte, 14 de novembro de 1897, p.3)

Além de José, Ivo também foi um dos proprietários de terra da região convocados para a resolução do entrevero:

¹⁵ **REGISTROS civis, Igreja Católica**, FamilySearch, Nascimentos 1889-1920, p.60-61. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CSJG-5SZ9-Y?cc=2177294>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁶ **REGISTROS civis, Igreja Católica**, FamilySearch, Nascimentos 1889-1920, p.73-74. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CSJG-5SCY-M?cc=2177294>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Figura 3 – Alguns dos proprietários convocados

sucessores do mesmo. Os herdeiros confinantes moradores neste Districto e que devem ser citados pessoalmente, são os seguintes: Coronel Ivo Abilias Furtado de Mendonça e Menezes, morador na Quixaba, Francisco Antunes de Lima, morador na Jacaracica, Targino Eufrausino Bizzera, morador no Feijão, Alexandre Bizzera, morador no Feijão, Francisco Macahyba, morador no Feijão, Sebastião Bizzera da Rocha, morador em S. Alberto, José Alves da Fonseca Dedé, morador nesta Villa, Fran

Fonte: *A República*, Rio Grande do Norte, 14 de novembro de 1897, p.3.

Este caso demonstra como um aparato legal datado depois da Proclamação, o referido decreto de 1890, foi utilizado para limitar ou pôr em xeque excessos porventura cometidos por potentados locais. O fato de ter sido apropriado por um coronel, também nos serve como um exemplo de disputa horizontalizada entre sujeitos abastados e assim, mais uma manobra de afirmação ou sobreposição em um ambiente tensionado. Ao que parece, o mais prejudicado acabou sendo o Dedé, que foi substituído de sua ocupação:

Santa Cruz, 25 de Outubro de 1897. Camillo. Tendo se averbado de suspeito o Escrivão effectivo, José Alves da Fonseca Dedé, por ser parte, passe o feito ao cidadão J. Rousseau Coriguazy de Mattos, a quem, nesta data, tenho nomeado, conforme a portaria, para servir de Escrivão *ad. hoc*, no mesmo feito. (*A República*, Rio Grande do Norte, 14 de novembro de 1897, p.3)

O “cidadão” (assim referido mais de uma vez no jornal *A República*) Camillo José da Rocha, então juiz e escritor de tal sentença, tinha sido primeiramente nomeado “coletor” da vila em 1890 (ver *A República*, 23 de novembro de 1890). Em 1900 José ainda aparece, apesar de todos os atritos, como escrivão de Santa Cruz:

Figura 4 – Relação distrital dos escrivães

Quadro dos escrivães do civil dos districtos Judiciarios do Estado do Rio Grande do Norte.

| N. de ordem | DISTRICTOS | NOMES | OBS. |
|-------------|-------------------|---------------------------------------|------|
| 1 | Natal..... | Joaquim José de Sant'Anna Macaco..... | |
| 2 | " | João Climaco da Costa Monteiro..... | |
| 3 | S. José de Mipibù | Manuel Antonio Saraiva de Moura..... | |
| 4 | Papary..... | João de Castro Bivar e Oliveira..... | Int. |
| 5 | Arez..... | Aprigio Pedro Nolasco..... | |
| 6 | Goyaninha..... | Manuel André de Lima..... | |
| 7 | Canguaretama..... | Antonio Joaquim de Oliveira..... | Int. |
| 8 | " | José Francisco Cabral de Mello..... | " |
| 9 | Cuitezeiras..... | Manuel Martins de Bezerril..... | " |
| 10 | Nova Cruz..... | Antonio Terencio Guedes de Souza..... | |
| | Santo Antonio.. | Porpéirio Xavier de Mello..... | |
| | Santa Cruz..... | José Alves da Fonseca..... | |

Fonte: *Mensagens do Governador para Assembléia*, Rio Grande do Norte, 1900, p.49.

Dois anos depois, os nomes dos dois apareceriam juntos mais uma vez, em último registro do Dedé nos jornais. Ao lado também do prévio desafeto do velho escrivão, o Juiz Distrital Ezequiel de Souza. Os três, dentre demais sujeitos, foram representantes de Santa Cruz em manifestações de pesar dedicadas à Alberto Maranhão:

Figura 5 – Nomes dos representantes

De S. Cruz :
Miguel Ferreira da Rocha,
Camillo José da Rocha, Eze-
quiel Mergelino de Souza, Jo-
sé Alves da Fonseca Dedé, Re-
ginaldo Gomes de Andrade,

Fonte: *A República*, Rio Grande do Norte, 07 de junho de 1902, p.1.

O que justificaria, na visão do Dedé, depois de todo o decorrer de suas querelas com os representantes considerados republicanos, fazer parte com eles de um sinal de unidade direcionado à família Maranhão? Leal chama a atenção para como a balança entre o poder estadual e chefes locais se mostrava fundamental para a sobrevivência financeira ou desenvolvimento do município (LEAL, 2012, p.110). Seus potentados, quando não buscavam o enfrentamento escancarado à corrente governista e republicana em uma batalha que parecia custosa e impossível de vencer, apostavam na garantia da sua mão de apoio. Esta poderia ser útil quando necessário, expressando uma estratégia visada a se manter inserido no novo arquétipo, seja ele qual for.

Sujeitos como o Dedé e o Ivo haviam construído uma rede na qual familiares e protegidos certamente possuíam uma relação de dependência, dentre deveres e benefícios. Compromissos mútuos ainda eram compartilhados entre as duas parentelas mesmo depois dos acontecimentos aqui relatados, como podemos observar com dois registros datados de 1907, o de casamento de uma filha do Ivo escrito pelo José, e o de casamento de uma neta do próprio escrivão tendo como testemunha um parente homônimo do Ivo¹⁷.

Os dois haviam feito parte da evolução da localidade durante toda a segunda metade do século XIX, caso da emancipação em 1876¹⁸, possuindo ainda parentes que fizeram parte da consolidação do povoamento nessa região, ou de outras vizinhas. Suas práticas se mostravam em boa medida tentativas de curvar para si o curso dos eventos, visando garantir vantagens próprias ou disfarçadas de coletivas. Dessa forma, estratégias como as aqui exploradas podem ser interpretadas como ações que visavam uma inserção nas reconfiguradas balanças de poder, mais do que tentativas de reverter a transição política a nível macro (no caso, a consolidação republicana). O desenrolar dos fatos revelado nas fontes indica ainda um aspecto maior no que concerne a centralização e descentralização do poder, que não cabe a esta pesquisa explorar a fundo, apesar de se fazer englobada pelo debate. Tal panorama certamente teria gerado também condições ou brechas múltiplas para a resistência de camadas populares como libertos, trabalhadores das fazendas e população laboral local.

¹⁷ **REGISTROS civis, Igreja Católica**, FamilySearch, Casamentos 1903-1920, p.187-88. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CS2Q-N7C3-8?cc=2177294>. Acesso em: 28 fev. 2024.

¹⁸ **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE**. Santa Cruz Perfil do seu Município. Natal, RN, v.10, 2008, p.6. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:rTFuozEq9ekJ:adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC00000000013886.PDF+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 15. Jul. 2022.

Considerações finais

Os apresentados acontecimentos de Santa Cruz se configuram como um relevante exemplo da efervescência política gerada em 1889, do ponto de vista local, que se centrou, para além de uma discussão maior do papel do município e poder/representatividade do Estado na embrionária República, na construção ou reconfiguração dos arranjos de influência entre autoridades locais e agentes políticos emergentes. É importante ressaltar também como a escolha presente neste artigo de focar em dois indivíduos da dita cidade se deu também pela oportuna oferta de fontes em relação aos mesmos, suficientes para alcançar o objetivo aqui estipulado. Não se trata de interpretá-los como únicos “sujeitos da História” que teriam ditado unilateralmente os rumos de toda uma comunidade, repleta de pessoas que também eram agentes no processo, criando estratégias de sobrevivência, ação e adaptação frente às mudanças que eram impostas.

Ressalta-se no período, portanto, o papel da imprensa para além de seu caráter informativo, enquanto importante instrumento político. Mais especificamente o jornal *A República*, tendo sido um veículo oficial do partido, se mostra como valiosa fonte para o exame dos discursos praticados nos embates políticos da República Velha, desde que seja potencializada com demais materiais que evidenciam recortes, contextos e ocorridos como os apresentados neste artigo.

O coronelismo operante em meio a tensionamentos como litoral/interior e o de nomes emergentes em sintonia ou não com sobrenomes que se repetiam por vezes a séculos na batuta de grupos locais, acabou por configurar um pertinente caso de investigação, servindo de enredo em uma trama que, em última análise, nos revela algumas das raízes e permanências de práticas como o mandonismo e o clientelismo.

Referências

Fontes:

- A** **REPÚBLICA, 13 de novembro de 1889.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-13-11-1889>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- A** **REPÚBLICA, 06 de maio de 1902.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-06-05-1902>. Acesso em: 28 fev. 2024.

- A** **REPÚBLICA, 16 de fevereiro de 1890.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-16-02-1890>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- A** **REPÚBLICA, 22 de março de 1890.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-22-03-1890>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- A** **REPÚBLICA, 07 de agosto de 1890.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-07-08-1890>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- A** **REPÚBLICA, 20 de junho de 1891.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-20-06-1891>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- A** **REPÚBLICA, 18 de julho de 1891.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-18-07-1891>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- A** **REPÚBLICA, 01 de agosto de 1891.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-01-08-1891>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- A** **REPÚBLICA, 16 de maio de 1891.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-16-05-1891>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- A** **REPÚBLICA, 25 de março de 1893.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-25-03-1893>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- A** **REPÚBLICA, 14 de novembro de 1897.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-14-11-1897>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- A** **REPÚBLICA, 07 de junho de 1902.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/a-rep-07-07-1902>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- MENSAGENS do Governador... Natal, 1900.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/mens-gov-nat-1900>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- O** **POVO, 08 de novembro de 1889.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/o-povo-08-11-1889>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- RIO** **Grande do Norte, 02 de março de 1892.** Biblioteca Nacional.
Disponível em: <http://tinyurl.com/rgn-02-03-1892>. Acesso em: 28 fev. 2024.

Bibliografia:

ALONSO, Angela. **Arrivistas e decadentes: O debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana**. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, 2009.

OLIVEIRA, Guarino Alves. **Claras figuras do Passado. Genealogia e história da família Furtado de Mendonça e Meneses**. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, t. XCIV, p.44-87, 1980.

BARBOSA, Daiana Silva. **“Do que é teatro a Bahia”: disputas por cargos e jurisdição no Sertão do São Francisco (1878-1880)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador, 2018, 146p.

BECKER, Jean-Jacques. **A opinião pública**, In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CARONE, Edgard Carone. **A República Velha: Instituições e Classes Sociais (1889-1930)**. 4ª edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**. Rio de Janeiro: Dados, 1997.

_____. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COSTA, Sinval. **Os Álvares do Seridó e suas ramificações**. Recife: Sebo Vermelho, 2019.

FIGUEIREDO, Vitor Fonseca e SILVA, Camila Gonçalves. **Família, Latifúndio e Poder: as bases do coronelismo no Norte de Minas Gerais durante a Primeira República (1889-1930)**.

Díálogos, Maringá, vol.16, n.3, pp.1051-1084, março, 2012.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato brasileiro**. São Paulo: Globo, 2001.

- FORTUNATO, Maria Lucinete. **O Coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local.** Tese (Doutorado em História) – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas, 2000, 227 p.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder: o (caso) dos coronéis.** São Paulo: Annablume, 1996.
- LEVILLAIN, Philippe. **“Os protagonistas: da biografia”**, In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- LINDOSO, José Antonio Spinelli. **Da oligarquia Maranhão à política do Seridó; O Rio Grande do Norte na Velha República.** Natal: CCHLA, 1992.
- MARTINS, Ana Luíza; DE LUCA, Tânia Regina. **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas Famílias do Seridó.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1981.
- NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; ZANLORENZI, Cláudia Maria Petchak. **Imprensa no Brasil do Império à Primeira República.** Acervo, Rio de Janeiro, vol.19, n.1-2, pp.37-52, dez./ 2011.
- PAIVA, Manuel de Oliveira. **Dona Guidinha do Poço.** São Paulo: DCL, 2013.
- RÉMOND, René. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. **Partidos, Competição Política e Fraude Eleitoral: A Tônica das Eleições na Primeira República.** DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.57, n.2, pp.443-479, 2014.
- SOSA, Derocina Alves Campos. **Imprensa e História.** BIBLOS, vol.19, pp.109-125, 2006.